



# SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Garantias Fundamentais e Democracia no Código de Processo Civil – 10 anos do CPC

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b> Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 05/02/2023 a 05/02/2025		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>De 17 de abril a 18 de maio de 2023</b>		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	<b>De 22 de maio a 16 de junho de 2023</b> Encontros síncronos: dias 26 e 29/05, das 17h às 19h30; 02 e 05/06, das 9h às 12h; 06 e 12/06, das 17h às 19h30		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b> <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada;	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30 horas
<b>MODALIDADE</b>	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	<b>Nº DE VAGAS</b>	40
<b>LOCAL</b>	Ambiente Moodle. Acesso em <a href="https://virtual.emerj.com.br/">https://virtual.emerj.com.br/</a> e Plataforma Zoom		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Conceitos centrais do devido processo legal. Princípios do processo civil. Precedentes. Evolução dos Direitos Humanos. Teoria crítica dos Direitos Humanos. Garantias constitucionais efetivas pelo Judiciário. Atuação do julgador moderno frente a preservação do Estado Democrático de Direito. Os desafios da preservação do processo efetivo frente as garantias fundamentais do processo justo; Processo e Democracia.		
<b>TEMAS GERAIS</b>			
<b>EIXOS E SUBEIXOS</b>	<b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b> Temas de Direito Processo Civil; Temas de Direito Civil; Temas de Constitucional; <b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b> Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade) Direitos Humanos.		
<b>JUSTIFICATIVA</b>	O presente curso destina-se a formação humana dos magistrados, especialmente fornecendo conceitos ligados a evolução e conquista das garantias fundamentais do processo civil. Pretende-se apresentar os valores umbilicalmente ligados às garantias fundamentais do processo civil e colidir com os conceitos democráticos essenciais à rotina dos julgadores, pesquisando e explorando toda rotina e evolução histórica e científica dos		

	<p>conceitos expostos. Será empregado o conceito de “processo giusto” à prática e operação diária nos processos judiciais.</p> <p>O público alvo é formado por Magistrados em diferentes linhas de atuação, especialmente aqueles que trabalham valores constitucionais, pós-modernos e relativos as garantias fundamentais do processo civil brasileiro. Portanto, o curso está afetado às mais variadas linhas de atuação do julgador e suas experiências, desde o campo processual penal, passando pelo fazendário e chegando ao cível.</p> <p>Será realizado o debate dos conceitos, julgados e confrontação com as experiências dos alunos para formação das conclusões relativas ao tema. E abordado a evolução científica das garantias fundamentais do processo em confronto com as conquistas centrais do Estado Democrático de Direito. Serão examinados julgados recentes para demonstrar possíveis violações ao conceito de processo justo em debate aberto com material pertinente a julgados da STF e de Cortes Internacionais de Justiça.</p>
<b>OBJETIVO GERAL</b>	<p>Ao final do curso os magistrados estarão aptos a valorar e implantar em suas decisões a moderna dinâmica processual, adotando os elementos do direito processual europeu, especialmente no que concerne aos valores pertinentes aos Direitos Humanos e ao Estado Democrático de Direito, empregando os conceitos úteis ao dia a dia dos julgadores, identificando os principais pontos e divergências do tema exposto e analisando os casos e julgados utilizados como paradigmas no mundo moderno.</p>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</b>	<p>Ao final do módulo 1 o magistrado será capaz de identificar os conceitos centrais do devido processo legal e valorar as decisões das Cortes Internacionais sobre os conceitos de acesso à justiça, ampla defesa e pleno contraditório.</p> <p>Ao final do módulo 2 o magistrado será capaz de refletir criticamente sobre a evolução dos Direitos Humanos e a teoria crítica dos Direitos Humanos; aplicar as garantias constitucionais efetivas pelo Judiciário e analisar a atuação do julgador moderno frente a preservação do Estado Democrático de Direito.</p> <p>Ao final do módulo 3 o magistrado será capaz de refletir e enfrentar os desafios da preservação do processo efetivo frente às garantias fundamentais do processo justo.</p>
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>	
<b>COORDENAÇÃO E TUTORIA</b>	<p><b>Coordenação e tutoria:</b>  <b>Antônio Aurélio Abi Ramia Duarte</b>  Pós-doutor pela UERJ. Doutor pela Universidade de Salamanca (revalidado UERJ). Mestre pela UERJ. Pós-graduado pela USAL. Juiz de Direito TJERJ  Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/9068171558543909">http://lattes.cnpq.br/9068171558543909</a></p>
<b>AULAS SÍNCRONAS</b>	<p><b>Guilherme Pena de Moraes</b>  Promotor de Justiça do RJ. Professor da Graduação em Direito e da Pós-graduação em Direito da UFF e UVA. School of Law (FU/NY). Doutor em Direito pela PUC/SP. Pós-doutor em Direito Constitucional pela UFRJ e Fordham. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/RJ.</p>

	<p><b>Rodrigo Fux</b> Advogado. Mestre em Direito.</p> <p><b>Caetano Ernesto Fonseca Costa</b> Desembargador do TJRJ. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro. Mestre em Cidadania e Direitos Humanos: Ética e Política pela Universidade de Barcelona. <a href="http://lattes.cnpq.br/3735957394845031">http://lattes.cnpq.br/3735957394845031</a></p> <p><b>Andrea Maciel Pachá</b> Desembargador do TJERJ. Mestre em Direito. <a href="http://lattes.cnpq.br/7812816095702516">http://lattes.cnpq.br/7812816095702516</a></p> <p><b>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</b> Desembargador do TJERJ. Pós Doutor em Direito. <a href="http://lattes.cnpq.br/1033893977311713">http://lattes.cnpq.br/1033893977311713</a></p> <p><b>Gustavo Quintanilha Telles de Menezes</b> Juiz de Direito do TJERJ. Doutor pela UERJ. <a href="http://lattes.cnpq.br/9350173444615248">http://lattes.cnpq.br/9350173444615248</a></p> <p><b>Ricardo Alberto Pereira</b> Desembargador do TJERJ. Mestre em Direito. <a href="http://lattes.cnpq.br/0521201363022328">http://lattes.cnpq.br/0521201363022328</a></p> <p><b>Raphael Marcelino de Almeida Nunes</b> Advogado. Doutor em Direito do Estado (USP). Mestre em Direito, Estado e Constituição (UnB).</p> <p><b>Robson José dos Santos</b> Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia.</p>
<p><b>DOCENTES CONTEUDISTAS</b></p>	<p><b>Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira</b> Desembargadora do TJRJ. Mestre em Direito.</p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Material acadêmico de apoio: os principais artigos e bibliografia jurídica por módulo, exploraremos os textos através de seu exame com os casos concretos expostos;</li> <li>• Fórum de Discussão: participação e amplo debate com exploração da experiência e vivência de cada qual dos alunos, construindo os conceitos e conclusões a partir do caso e em cada unidade.</li> <li>• Aulas: haverá nos módulos vídeo aula gravada e/ou encontros síncronos com ampla participação dos alunos, selecionando as principais divergências e entendimentos jurisprudenciais e práticos.</li> <li>• Em cada um dos módulos serão apresentados casos concretos, vinculados a julgados recentes, quer no Brasil, quer em Cortes Transnacionais, sob o viés prático e teórico. Ao concluir cada qual dos módulos, o(a) aluno(a) deverá responder a 01 (uma) questão formativa proposta, tendo por arrimo central o julgado debatido naquele módulo.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Será utilizado um Mural virtual ao longo do curso para compartilhamento de material (textos, links, vídeos) pelos alunos sobre tema dos Direitos Humanos.</li> </ul>
<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<b>AMBIENTAÇÃO</b> <b>Período: de 22 a 23 de maio</b>	Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma; Fórum de interação tutores e alunos. Vídeo <b>Robson José dos Santos</b> - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia.
<b>Módulo 1</b> <b>Período: de 24 a 29 de maio</b> <b>Carga horária: 9 horas</b>  <b>Aulas síncronas: 26 e 29/05, das 17h às 19h30</b>	<p><b>O PROCESSO CIVIL MODERNO E SUAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS</b></p> <p><b>Ementa:</b> Conceitos centrais do devido processo legal. Princípios do processo civil. Precedentes.</p> <p><b>Aula síncrona - dia 26/05, das 17h às 19h30</b>  <b>Tema: Conceitos centrais do devido processo legal, STF e Cortes Internacionais.</b>  <b>Docente: Prof. Dr. Guilherme Pena de Moraes</b>  <b>Conteúdo programático:</b> O STF e o devido processo legal. Decisões das Cortes Internacionais sobre os conceitos de acesso à justiça, ampla defesa e pleno contraditório.</p> <p><b>Roda de conversa - 29/05, das 17h às 19h30</b>  <b>Tema: A questão dos precedentes no novo sistema processual brasileiro.</b>  <b>Docentes: Prof. Me. Rodrigo Fux</b>  <b>Debatedor: Prof. Dr. Antônio Aurélio Abi Ramia Duarte</b>  <b>Conteúdo programático:</b> A questão dos precedentes no novo sistema processual brasileiro – Questões práticas e teóricas <i>ratio decidendi</i> - <i>obiter dictum</i> – <i>distinguishing</i> – <i>overruling</i> – <i>overriding</i> – <i>signaling</i> – <i>anticipatory overruling</i></p> <p><b>Vídeo aula</b>  <b>Tema: Princípios do Processo Civil</b>  <b>Docente: Prof. Me. Natacha Nascimento Tostes</b>  <b>Conteúdo programático:</b> Conceitos centrais do devido processo legal no Novo CPC.</p> <p><b>Ferramenta ativa:</b> Mural Virtual</p> <p><b>Avaliação de aprendizagem:</b> Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.</p>

Leitura obrigatória:



FUX, Rodrigo.  
Incidente de Resolu



ALENCAR, Victor  
Gomes Bezerra. ROS



SALOMÃO, Luís  
Felipe. FUX, Rodrig



PAULA J.L.M. de  
RIBAS, M S F. A ratio



OLIVEIRA, Natacha  
Nascimento Gomes

Leitura complementar de aprofundamento (opcional):



DAMASKA, Mirjan  
R. The Faces of Justi



BELL, Derrick A. Jr.  
Brown v. Board of E



BARROSO, Luís  
Roberto. Ética e jeiti



JUNIOR, Hermes  
Zaneti. A Constituci



HAZARD Jr.  
Geoffrey C. , Rolf Sti



GRECO, Leonardo.  
Garantias Fundamer

## O MUNDO MODERNO E A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

**Ementa:** Evolução dos Direitos Humanos. Teoria crítica dos Direitos Humanos. Garantias constitucionais efetivas pelo Judiciário. Atuação do julgador moderno frente a preservação do Estado Democrático de Direito.

**Aula síncrona 02/06, das 9h às 12h**

**Tema:** Direitos humanos – Garantias constitucionais efetivas pelo Judiciário

**Docente:** Prof. Dr. Caetano Ernesto Fonseca Costa

**Conteúdo programático:** Direitos humanos – Teoria crítica dos Direitos Humanos - Garantias constitucionais efetivas pelo Judiciário – As convicções morais da magistratura

**Aula síncrona – dia 05/06, das 09h às 12h**

**Tema:** Atuação do julgador moderno frente a preservação do Estado Democrático de Direito

**Docentes:** Prof. Dra. Andrea Maciel Pachá

**Conteúdo programático:** Um debate franco com relação a atuação do julgador moderno frente a preservação do Estado Democrático de Direito – panorama processual

**Avaliação de aprendizagem:** Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.

**Módulo 2**  
Período: de 30  
de maio a 05 de  
junho  
Carga horária: 9  
horas

**Aulas síncronas:**  
02 e 05/06, das  
9h às 12h

Leitura obrigatória:



Caso Maria da Penha. Julgamento



CARBALLIDO,



KOERNER, Andrei. A



COSTA, Caetano

Manuel E. Gândara. Análise Política do CFonseca. Para Além

Leitura Complementar:



BARROSO. Luís Roberto. A Dignidad



TARUFFO, M.



MÖLLERS,

Christoph. Democra

### **PROCESSO JUSTO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. NOSSA EXPERIÊNCIA FRENTE AOS 10 ANOS DO NOVO CPC**

**Ementa:** Os desafios da preservação do processo efetivo frente as garantias fundamentais do processo justo; Processo e Democracia.

**Aula síncrona – dia 06/06, das 17h às 19h30**

**Tema:** Os poderes e o papel do juiz. Os desafios da preservação do processo efetivo frente as garantias fundamentais do processo justo

**Docente:** Prof. Desembargador Ricardo Alberto Pereira

**Conteúdo programático:** Poderes do julgador. Limites. Efetividade e duração razoável do processo. Democracia e processo Justo.

**Roda de conversa - dia 12/06, das 17h às 19h30**

**Tema:** Processo e Democracia

**Docente:** Prof. Dr. Humberto Dalla Bernardina de Pinho











**Debatedores:** Prof. Dr. Gustavo Quintanilha Telles de Menezes e Raphael Marcelino de Almeida Nunes

**Conteúdo programático:** *Défict* democrático. Exemplos históricos. As garantias fundamentais do processo.

**Avaliação de aprendizagem:** Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão). Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos.

Módulo 3  
Período: de 06 a  
12/06  
Carga horária: 9  
horas

Aulas síncronas:  
06 e 12/06, das  
17h às 19h30

	<p>Leitura obrigatória:</p> <p>  </p> <p>LIMA, Danilo ROSENFELD, Luis. ROSENFELD, Luis. Pereira. Legalidade «Sobre idealista e reaA crise do pensamer</p> <p>Leitura Complementar:</p> <p>    </p> <p>MITIDIERO, Daniel. MENKE, Fabiano. A CALAMANDREI. TARUFFO, Michele. SEN, Amartya. Qué Direito Fundamentaproteção de dados «Processo e DemocraVerdade negociada.impacto puede tene</p> <p> </p> <p>PICÓ I JUNOY, Joan. MÖLLERS, El Derecho Procesal Christoph. Democra</p>
<p><b>Módulo de Avaliação final 12 a 19/06 Carga horária: 3 horas</b></p>	<p>Estudo de caso para avaliação final Registro Reflexivo Avaliação de Reação</p>
<p><b>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</b></p>	<p>Nota da avaliação final (40 pontos)</p> <p>A avaliação final contará com dois casos concretos inéditos, baseados em um julgado da Suprema Corte do Brasil, bem como um julgado da Suprema Corte Americana.</p> <p>Neste tópico, nos basearemos nas conclusões e pontos debatidos nos nossos encontros regulares, nas aulas expositivas, bem como no material acadêmico que nos orientará ao longo do curso.</p> <p>Daremos ênfase aos seguintes pontos no transcórre de cada resposta:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) garantias fundamentais do processo;</li> <li>2) conceito de “processo guisto”;</li> <li>3) prática e operação diária nos processos judiciais;</li> <li>4) linhas de atuação do julgador e suas experiências;</li> <li>5) experiências teóricas do novo CPC;</li> <li>6) experiências práticas do novo CPC.</li> </ol> <p>Nota relativa a resolução dos casos concretos levados em cada qual dos três módulos propostas – questões formativas (10 pontos cada)</p>

	<p>Em cada um dos módulos serão apresentados casos concretos, vinculados a julgados recentes, quer no Brasil, quer em Cortes Transnacionais. Exploraremos sob o viés prático e teórico os julgados em longos debates e aulas expositivas.</p> <p>Ao concluir cada qual dos módulos, o(a) aluno(a) deverá responder a 01 (uma) questão proposta, tendo por arrimo central o julgado debatido naquele módulo. Teremos a limitação de até duas laudas de resposta em formato indicado oportunamente, merecendo objetividade e clareza nas respostas.</p> <p>Nota decorrente dos debates e participação do aluno(a) – Fóruns de Discussão (10 pontos cada)</p> <p>Teremos por critério de avaliação neste tópico:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) o enfrentamento ao tema trazido, suas diversas correntes teórico-filosóficas e a apuração e percepção decorrente da experiência prática de cada julgador;</li> <li>2) o efetivo debate, com sugestões e apontamento de experiências vividas em sua serventia judicial;</li> <li>3) o fomento e incentivo ao debate dos demais colegas, tendo em vista a riqueza da exposição oral de cada qual dos alunos;</li> <li>4) a observância, já que tratamos do conceito de democracia no nosso curso, do respeito a diversidade de posições, ordem das falas e urbanidade no trato as diversas visões expostas;</li> <li>5) objetividade nas exposições e atenção as posições trazidas pelos colegas.</li> </ol>
<b>CERTIFICAÇÃO</b>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

## INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a)



Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br